

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho

02 a 05 de outubro de 2017

GT 2: Crise das Democracias Contemporâneas: Partidos, Eleições e Cidadania

## **LIBERALISMO E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: UMA BREVE HISTÓRIA DO LIBERALISMO NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**

Danilo Gustavo Bruno dos Santos (UFSCar) <sup>1</sup>

O sistema partidário brasileiro em sua história passou por mudanças. De meados do século XIX ao final do século XX passamos por competições partidárias mais regionalistas, sistemas suprapartidários, por um sistema mais nacional, por ditadura com bipartidarismo e, enfim, uma nova disputa partidária mais plural. Nesse período todo o liberalismo sempre se mostrou presente nos partidos políticos e em diferentes formas. Cada partido ou movimento que se dizia liberal trazia consigo o seu entendimento de liberalismo. Do primeiro Partido Liberal ainda antes da Proclamação da República, passando pela União Democrática Nacional, partido que foi o maior exemplo das contradições liberais e chegando ao partido da Frente Liberal que se distanciou da ditadura e das raízes conservadoras para se reinventar e tornar-se um partido de sucesso nas décadas 1980-90, o liberalismo esteve presente no sistema partidário.

Palavras-chave: liberalismo, partidos políticos, Partido Liberal, UDN, PFL

### INTRODUÇÃO

O Brasil em toda sua história política passou por alguns sistemas políticos e partidários. Ainda no século XIX, os primeiros partidos surgiram e começaram uma pequena disputa partidária. Após a proclamação da independência em 1822 o Brasil viveu o período chamado de monarquia constitucional e a partir de 1840, com o Segundo Reinado, o sistema partidário foi assentado. Nesse período o país viveu um sistema bipartidário, de um lado o Partido Conservador e de outro o Partido Liberal. Após a proclamação da república em 1889, um sistema partidário, em tese, mais competitivo se estabeleceu no país. Um número considerável de legendas foram criadas, neste período (1889 – 1930) os partidos políticos traziam grande identificação com os seus estados de origem, isso aconteceu devido a suas origens

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, e-mail: [danilo.bruno.santos@gmail.com](mailto:danilo.bruno.santos@gmail.com)

nos clubes republicanos existentes em cada estado. Desta forma originaram-se os Partidos Republicanos estaduais, no período da Primeira República os partidos de São Paulo (Partido Republicano Paulista) e o de Minas Gerais (Partido Republicanos Mineiro) se consolidaram como os maiores partidos. O sistema partidário existente sofreu uma derrota com a Revolução de 1930, liderada pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Deste modo, “a atividade político-partidária foi restrita ao período de 1933 a 1937, mas o sistema partidário ainda se baseou em agrupamentos estaduais e algumas tentativas de organizar movimentos ideológicos em nível nacional, espelhando a polarização direita-esquerda da Europa nos anos 30” (FLEISCHER, 2004, p. 250). Entre 1937 e 1945, todos os partidos foram suprimidos no que ficou conhecido por Estado Novo (1937 – 1945).

Foi nesse período autoritário que se ensaiou uma nova abertura democrática e assim um novo sistema de disputa entre partidos. Após o final do Estado Novo, uma nova democracia se formava. Sob uma nova constituição um sistema partidário nacional era estabelecido, agora os partidos eram de alcance nacional e não mais identificados com seus estados de origem<sup>2</sup>. De todos os partidos que surgiram no período, 3 conseguiram ser realmente partidos nacionais, União Democrática Nacional, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Democrata. Um ponto interessante da reabertura foi o salto no número de eleitores para as eleições de dezembro de 1945, através da Lei Agamenon o número da população apta ao voto cresceu 329% em comparação a 1932<sup>3</sup>. Segundo Jairo Nicolau (2002), dois motivos explicam esse salto. O primeiro seria o fato de que a partir de então o alistamento se tornou obrigatório, o segundo foi o alistamento *ex-officio* que foi feito por sindicatos e pelos interventores.

Em 1964, Golpe Militar e novamente após 21 anos os partidos políticos se tornaram ameaçados por um novo regime autoritário, porém ao contrário do que ocorreu com o Estado Novo, em 1965 por meio do Ato Institucional número 2 e do Ato Complementar número 4, os antigos partidos políticos até ali existentes chegaram ao seu fim. Porém foi neste mesmo ato que a ditadura instaurou um

---

<sup>2</sup> O novo modelo partidário pedia partidos nacionais em contraposição aos PRs, já que os antigos partidos eram por demais regionalistas.

<sup>3</sup> Ver Nicolau, 2002

sistema bipartidário, os eleitos na última legislatura deveriam se alocar em duas novas legendas Arena (Aliança Nacional Renovadora) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). As eleições para o legislativo foram mantidas. Com a principal intenção de dar suporte para aos militares, no final dos anos 70 o sistema bipartidário entra em crise aos olhos dos militares, sua legenda de sustentação não mais consegue maioria legislativa e dessa forma o sistema bipartidário não surtia mais efeito. Em 1979, o bipartidarismo chega ao fim e com ele Arena e MDB também, dando lugar a novos partidos.

Com o fim do bipartidarismo, um novo sistema pluripartidário se molda na política brasileira. Para Fleischer (2004) o novo sistema tem duas fases, uma que vai de 1980 até 1985 e outra pós o final da ditadura. O período de 80 a 85, é tido como um período “moderado” do pluripartidarismo, pois com fim das antigas legendas (Arena e MDB) os parlamentares se reorganizaram sob novas siglas. A Arena foi sucedida diretamente pelo PDS (Partido Democrático Social) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Como Tanto Arena e MDB eram resultado de agrupamentos ideológicos diversos oriundos da republica de 46, o caráter heterogêneo dos partidos acabou por criar outras legendas que, agora, puderam se alinhar de forma menos heterogênea. Assim forma criados em 1980 o PT (Partido do Trabalhadores), PP (partido Popular), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PDT (Partido Democrático Trabalhista)<sup>4</sup>.

Outro momento do sistema pluripartidário se dá a partir 1986. A cúpula militar em 1985 dá fim ao regime militar depois de 21 anos, assim o sistema político partidário ganha mais força. Mais partidos, mais grupos heterogêneos são agregados a disputa política dali em diante<sup>5</sup>. A partir dos seis partidos que foram

---

<sup>4</sup> Arena e MDB foram formados pelas bancadas oriundas de UDN, PSD e PTB em 1965, e destes partidos apenas o PTB retornou em 1980. Porém, ocorreu um embate pelo uso da sigla. Brizola e Ivete Vargas disputaram o uso do partido, com vitória de Ivete. Brizola, então, criou o PDT.

<sup>5</sup> É importante salientar que mesmo com a reabertura democrática os novos partidos não traziam tantas novidades. Desde o fim do sistema bipartidário, os atores que antes se dividiam em dois partidos agora encontravam-se divididos em mais partidos, mas ainda continuaram a formar bancadas no legislativo. Após 1985, apesar de trazer as eleições de volta e alguns nomes que estavam fora do Brasil (extraditados, exilados ou mesmo que permaneceram fora devido a perseguição política) os atores que fizeram parte da ditadura e a sustentou ainda concorriam as eleições no período democrático. O exemplo de José Sarney primeiro presidente depois do fim da ditadura serve para ilustrar, pois no período militar Sarney esteve aos serviços militares como membro da Arena.

formados em 1980, uma ramificação passou a existir dentro do sistema partidário, correntes ideológicas que ficaram presas nas limitações das legendas anteriores passaram a se organizar como partidos institucionais. Por exemplo, os partidos comunistas que, até então, tinha seus membros alojados no MDB e posteriormente em outros partidos (além de um número de membros que permaneceu na clandestinidade) puderam retornar no PCB (Partido Comunista Brasileiro) e no PC do B (Partido Comunista do Brasil), outros exemplos são o PFL que é uma dissidência do PDS e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) que teve origem dentro do PMDB.

## O PRIMEIRO PARTIDO LIBERAL

De 1840 até a primeira eleição direta após o fim da ditadura militar o Brasil teve um grande número de partidos. O sistema partidário brasileiro teve grandes mudanças e poucas continuidades, não podemos colocar toda culpa nas organizações partidárias por essa série de interrupções. Pensando numa competição mais plural possível o Brasil teve três momentos: Primeira Republica, Republica de 46 e pós constituição de 1988. Cada uma com suas especificidades sociais e políticas que temos que levar em conta em suas épocas. Dentro de todos esses períodos, varias “ideologias” estiveram presentes, de comunistas até integralistas<sup>6</sup>, passando pelo debate de que o Brasil tem partidos que sem voltam mais ao centro (ZUCCO, 2009).

Das “ideologias” principais, o liberalismo esteve presente em vários momentos do cenário político no país. Como todas que por aqui vigoraram, o liberalismo foi trazido para estas terras com grande influência francesa e inglesa, e aqui adaptado ao modo de nossa sociedade e nossa política – para não dizer da economia principalmente depois da década de 1980 com políticas neoliberais. Desde a independência o liberalismo se encontra presente na política brasileira, presente no debate político desde o primeiro reinado o discurso liberal foi crescendo com o decorrer dos anos.

---

<sup>6</sup> Não necessariamente as ideologias estavam alocadas nos partidos políticos, mas elas foram responsáveis por vários aspectos da política nacional.

O primeiro partido de matriz liberal no Brasil data por volta de 1831. Não podemos encarar o Partido Liberal e nenhum outro do período – o adversário dos liberais era o Partido Conservador – como partidos modernos. À época os partidos ainda não eram bem quistos, suas formações levantavam suspeitas no mesmo patamar das facções, mesmo assim um pré sistema partidário se formou no Brasil com os dois partidos. Apesar de o Partido Conservador ser um opositor ao Liberal, sua “ideologia” também era liberal, porém um liberalismo conservador.

Se a estrutura do sistema partidário era simples, isso não impedia de que certas reivindicações fossem feitas pelos partidos. O projeto desse Partido Liberal tinha como objetivos a luta por uma monarquia federativa; a extinção do Poder Moderador; Eleições a cada dois anos para a Câmara dos Deputados; um Senado eletivo e temporário; a Supressão do Conselho de Estado; e Assembleias Legislativas Provinciais com duas Câmaras. Esses projetos foram levados a Câmara dos Deputados no dia 31 de outubro de 1831.

Em 1869, um programa contendo elementos que o Partido Liberal julgava importante para reabilitar o sistema representativo, pois segundo o Centro Liberal e conseqüentemente o partido entendiam que o sistema vigente era “uma farsa em razão do falseamento da eleição” (CHACON, 1998, p. 233). Cinco pontos foram levantados, são eles: reforma eleitoral; reforma policial e jurídica; abolição do recrutamento; abolição da guarda nacional; emancipação dos escravos. Destes pontos listados, podemos destacar a questão da emancipação dos escravos. Para o partido a reforma eleitoral era de suma importância, porém essa reforma deveria ser acompanhada de outras e dentre elas as questões relativas aos escravos. Para o partido “a emancipação dos escravos não tem íntima relação com o objetivo principal do programa, limitado a uma certa ordem de abusos, é porém uma grande questão da atualidade, uma exigência imperiosa e urgente da civilização desde que todos os Estados aboliram a escravidão, e o Brasil é o único país cristão que a mantém, sendo que na Espanha esta questão é uma questão de dias” (CHACON, 1998, p. 234).

## O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

Para o final do século XIX o Brasil passa por mudanças sociais e políticas de impacto. Em 1888, o fim da escravidão. No ano seguinte o país tem a República proclamada, e a partir deste momento partidos políticos mais modernos passam a ser tornar mais corriqueiros. Os partidos que começam a surgir têm forte ligação regional, os partidos republicanos estaduais se tornaram os mais fortes deste sistema partidário com destaque para o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Paulista. Essas duas legendas dominaram o executivo nacional durante o período da Primeira República, a alternância no poder executivo fez com que a expressão Política do Café com Leite<sup>7</sup> entrasse para os marcos da vida política brasileira.

Dentro desse sistema partidário outras legendas também disputavam as eleições, mas nenhuma com grande apelo eleitoral dos PRs estaduais. Vale lembrar que nesse período de 1889 á 1930, o coronelismo era latente. Os interesses dos partidos não tinham abrangência nacional, ou seja, lutavam por benefícios locais, mantendo um suporte político (e econômico) para as oligarquias que dominavam seu estado.

No meio desse jogo político um partido republicano não tinha clara identificação regional, o Partido Republicano Liberal. O partido surge perante os ideais de Rui Barbosa, que concorreu as eleições de 1910 pelo Partido Republicano Paulista. As influencias da plataforma de Barbosa foi importante para, que em 1913 o Partido Republicano Liberal se formasse. O PRL tinha como posicionamento a oposição dos militares na política, pois para o partido os militares deveriam estar fortalecidos nas defesas do território nacional e não se organizar para as disputas eleitorais que deveriam ser de supremacia civil. Porém o partido deixa claro que e em nenhum momento é contra a liberdade individual (direitos políticos) de um militar de se candidatar para uma eleição, pois tal liberdade é assegurada pela constituição vigente.

---

<sup>7</sup> Política do Café com Leite se refere aos estados de São Paulo, grande produtor de café e de Minas Gerais, produtor de leite.

O PRL nos seus ideais tinha como proposta o fortalecimento dos três poderes, a condenação daqueles que por revolta armada contra as instituições constitucionalizadas tentarem atentar contra o país, os estados e municípios deveriam ter maior autonomia do governo federal, luta contra a corrupção no âmbito da esfera pública, liberdade de expressão religiosa, aumento da representação das minorias políticas, a defesa da lei e do mérito, rechaçar os privilégios que as oligarquias locais tinham, ser a favor da redução de impostos, companheirismo moral e também econômico com as nações próximas, universalização da justiça tornando todos iguais perante a lei, revisão necessárias de pontos da constituição, fortalecimento das forças armadas e fim das perseguições políticas (não sendo permitido prender qualquer cidadão em ordem judicial).

#### PARTIDO DEMOCRATA, PARTIDO DEMOCRATICO NACIONAL E ALIANÇA LIBERAL

Ainda na Primeira Republica outros partidos, não tão bem estruturados tinham um discurso “liberal”. Se não podemos compara-los com os partidos já citados, essas legendas se uniram em um bloco sob o nome da Aliança Liberal. Apesar de não bradarem por conceitos liberais se comparado aos outros partidos, a Aliança Liberal que tinha como principal nome Getúlio Vargas foi uma forte legenda no período em que existiu. Membros oriundos do PD e do PDN apesar de terem em seus programas o fortalecimento das vias democráticas, estruturação do voto, etc., o caminho revolucionário agradava aos olhos. A Coluna Prestes agrava esses membros que viam, fora da arena eleitoral, uma chance de revolução, mas não aliados com Prestes.

#### A UDN, O UDENISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Nesta sessão será abordada o início da UDN, sua gênese no Estado Novo, forte oposição a Getúlio Vargas e a tudo aquilo que o caudilho representava na esfera política. Também será aqui levantado o que foi o “udenismo”, como foi classificado, quais as características que diferenciavam a UDN dos outros partidos

de sua época, qual a importância do liberalismo e como a ideologia liberal habitava no partido.

## O CAMINHO PARA O FIM DO ESTADO NOVO

Todos os partidos são frutos de sua época, e as estruturas políticas e sociais são relevantes para a sua formação. Se fomos avaliar o surgimento dos partidos nas literaturas clássicas ou mesmo na contemporânea, podemos notar como a formação é um reflexo de seu tempo. Aqui no Brasil o que ocorre não é diferente, para nossa análise é importante retomar a Revolução de 1930, segundo Fleischer (2004) a primeira parte do período de revolução teve Getúlio Vargas restringindo intensamente as ações dos partidos até 1937, quando todos os partidos são jogados na ilegalidade com a nova constituição e a instauração do Estado Novo. A tentativa de criar uma unidade nacional, por Vargas, passava pelo fim dos antigos partidos, já que eles representavam fortemente o poder de restrito nas suas localidades – os partidos republicanos estaduais e o Partido Comunista foram os mais afetados. A cerimônia da queima das bandeiras dos estados foi uma ação que deixava clara a intenção de união nacional.

Na década de 1940 o Estado Novo começa a sofrer pressões e manifestações em vários âmbitos, uma sucessão de eventos mostraram que a oposição a Vargas crescia e eventos como

- a) Manifesto do Mineiros; b) Críticas ao governo feitas por vários elementos para a FEB; c) I Congresso Brasileiro de Escritores, no qual é debatido o problema da redemocratização (26 de Janeiro de 1945); d) Entrevista de José Américo ao “Correio da Manhã” que rompeu a censura à imprensa (Fevereiro de 1945); e) Entrevista de Virgílio de Mello Franco e de Prado Kelly ao jornal “O Globo” sobre o momento político (Fevereiro de 1945); f) Manifestação coletiva dos professores da Faculdade Nacional de Direito (Março de 1945); g) Manifesto de jornalistas (Março de 1945); h) Declaração de Francisco Campos “rompendo” com o regime, no qual fora um dos artífices. (Entrevista feita ao “O Jornal”, de 3 de Março de 1945); i) Semana pró anistia promovida pela UNE (Abril de 1945); j) Fundação da UDN (Abril de 1945); l) Entrevista coletiva de Otavio Mangabeira sobre a Lei Malaia (Junho de 1945);



m) Proclamação dos partidos políticos rio-grandenses de apoio à candidatura de Brigadeiro Eduardo Gomes, assinada por Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores Cunha; n) Discurso do embaixador americano Berle Junior à imprensa, depreciativo ao regime de Vargas (29 de Setembro de 1945); o) Manifesto das oposições coligadas e da Esquerda Democrática (Outubro de 1945); p) Nota do Comandante da Primeira Região Militar garantindo as eleições (Outubro de 1945); q) Proclamação do General José Pessoa - presidente do Clube Militar – contra a nomeação de Benjamin Vargas e contra o queremismo (Outubro de 1945); r) Ultimato dos generais a Vargas, em 18 de Outubro de 1945 (SOUZA, 1983, p. 63).

Fatores externos também contribuíram para o “enfraquecimento” do Estado Novo. Com o final da Segunda Guerra Mundial, regimes autoritários ou com pouca abertura democrática se viram pressionados pela conjuntura a rever seus modelos. Aqui no Brasil não foi diferente, com a democracia sendo a palavra de ordem no período o regime Varguista encontrava-se encurralado e a volta da democracia seria um caminho viável.

### O ALVORECER DA UDN

Os anos de 1940 foram muito importantes para o surgimento da UDN, nesse período muito efervescente inúmeras manifestações proporcionaram a oportunidade de aglutinação de ideias em prol de um movimento anti Getúlio. No dia 7 de abril de 1945, no Rio de Janeiro, mais precisamente na Associação Brasileira de Imprensa a União Democrática Nacional ganhava vida. Foi nessa mesma reunião de fundação do partido que o Brigadeiro Eduardo Gomes foi proclamado candidato da UDN nas próximas eleições ao cargo de presidente da república.

Uma das principais características do único da UDN, ou talvez a principal, era seu caráter altamente heterogêneo nos grupos que a formaram. Pelo menos cinco grupos destacavam-se, segundo Benevides (1981):

a) As oligarquias destronadas com a Revolução de 30; b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37; c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) Os grupos liberais com

uma forte identificação regional; e) As esquerdas”. Ainda importante lembrar que “no segundo semestre de 1945, já se registram desmembramentos em pequenos partidos (PL, PR, PSP), além das defecções individuais - tanto pela esquerda, quanto pela direita – o que torna ainda mais importante identificar, na época de sua fundação, os diversos grupos que compunham a UDN (BENEVIDES, 1981, p. 29).

Dos grupos formadores da UDN vale destacar os membros que formaram o partido. Apesar de o decorrer da história mostrar que uma incongruência entre UDN e a esquerda, a esquerda esteve presente no início do partido. Benevides deixa claro que a esquerda em questão é dividida em três grupos, um de intelectuais e políticos de tendências socialistas, que meses depois formaria a Esquerda Democrática, mas a autora salienta que a Esquerda Democrática nunca fez parte oficialmente da UDN; comunistas dissidentes da linha oficial do partido; estudantes veteranos ou recém-egressos do movimento estudantil, também de tendências socialistas.

É importante notar como que o partido se estabelece com um motivo que une os diferentes grupos, Vargas. A oposição a Vargas tem uma bandeira principal na UDN, a crítica ao populismo. Segundo Dulci (1986) a UDN era portava um projeto político diferente do Estado Populista, era de natureza liberal que tinha como principal visão a crítica ao populismo, também chamada de anti-populista. Ainda segundo o autor, o projeto se relacionava com uma variedade de setores sociais que compunha setor de proprietários rurais (com foco no setor agroexportador), frações da burguesia com destaque para a burguesia financeira e a comercial, também estava uma parcela considera das classes médias (especialmente a mais “tradicional”), além de segmentos militares e da tecno-burocracia.

O projeto anti-populista da UDN necessita ser vista por pelo menos dois ângulos, um é o projeto de político institucional que tinha no foco uma organização da vida social por um viés liberal. Assim “para tanto, sublinhava a liberdade individual e as instituições representativas como dois pontos centrais de seu programa” (DULCI, 1986, p. 39). O outro ângulo a se observar o projeto anti populista é o do projeto de desenvolvimento. Esse projeto abraçava

deliberadamente os princípios do liberalismo econômico, tinha proposta livre cambista e propagava as vantagens da liberdade de iniciativa, seja ela oriunda do Brasil e ou de origem do capital estrangeiro.

## UDENISMO

Desde sua fundação a UDN apresentava-se como uma inspiração do liberalismo, a data de fundação, um 7 de abril, foi proposital para retomar a data em que dom Pedro I abdica ao trono e que é o momento de destaque dos liberais da época. É disso que se trata a UDN, partido que bebe nas raízes liberais do Brasil e por ele conclama ser o portador desta ideologia. Porém, assim como o liberalismo brasileiro, a UDN encara situações próprias devido ao caráter pluritário que a forma.

Um partido tão complexo no que se refere a alta heterogeneidade dos grupos que o formaram, não surpreende por formar uma “ideologia” confusa e contraditória. As várias UDNs são uma mostra disso, a UDN do estado da Guanabara, a UDN paulista (apesar de não ser forte eleitoralmente falando, tinha um quadro de notáveis respeitado) e a UDN do Rio Grande do Sul são exemplos de como o partido se dividia. Apesar de os partidos pós 45 serem de caráter nacional, as UDNs tinham mais preocupações com as relações estaduais e suas disputas eleitorais e com o poder local (BENEVIDES, 1981). A autora faz uma comparação com o partido mais parecido com a UDN que foi o PSD de Vargas, enquanto a UDN tinha grupos mais fortes com o passar dos anos, em um momento foi a “Bossa Nova” e a “Banda de Música” formadas por legalistas e golpistas, em outro momento os “chapas brancas” e os realistas. Já o PSD, segundo a autora não era possível falar em PSD no plural, o pessedista era realista, pragmático e governista.

A literatura acerca do partido sempre deixa claro que falar do partido é falar no plural. Assim como a direita divide-se em vários segmentos, a UDN serve como melhor exemplo disso. O partido que obteve a alcunha de “partido dos bacharéis”, também foi ao mesmo tempo o partido de grandes relações com ramos militares. Essa pluralidade mostra os caminhos a serem percorridos no desbravar do udenismo. Benevides (1981) traz outros componentes do udenismo como “o

elitismo, o moralismo, a ênfase na ordem, os desvios para o autoritarismo e o estatismo, via golpismo” (BENEVIDES, 1981, p. 252).

Para Soares, “organizacionalmente, o udenismo se distinguia da UDN por incluir setores extrapartidários; assim, quando a UDN ultrapassou os limites do partido e foi recrutar adeptos nas Forças Armadas, na imprensa, na intelectualidade etc., criou-se um udenismo que não se reduz à UDN” (SOARES, 2001, p. 97). Nota-se o caráter de movimento esparso que o udenismo carregava, característica essa que não se encontrava nos outros grandes partidos da época. As lutas e bandeiras levantadas pelo udenismo, também, nos mostram as varias facetas que o partido pode ter. Nem sempre a posição tirada no pelo Diretório Nacional era acolhida pelos membros do partido, chegando ao ponto de mesmo no congresso nacional a decisão ser seguida pelos seus membros que ale estavam. Durante sua trajetória acabava por levantar bandeiras diferentes, como o anticomunismo, o antigetulismo ou mesmo a bandeira do moralismo.

A lei de ferro da oligarquia é de difícil assimilação no caso da UDN, uma vez que ideologicamente o partido era uma grande miscelânea. Daí o partido ser fruto de uma “ideologia” batizada de “udenismo”. Benevides (1981) define assim “O udenismo é entendido como um conjunto de “ideologias” e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político) mas com ela se identificavam, no reconhecimento público e num circuito simbólico de mutua realimentação”. Utilizando as classificações clássicas da literatura acerca dos partidos políticos, a UDN tem características fortes de um partido de notáveis<sup>8</sup> – já que era formado por nomes importantes da cena política, intelectuais e homens revestidos pelo poder local. Talvez essas características dos seus membros torne a formação de uma oligarquia dentro do partido mais difícil<sup>9</sup>.

As várias UDNs que existiam, fisicamente e ideologicamente traziam forte apelo elitista. O partido conhecido como o “partido das classes medias”, mas como

---

<sup>8</sup> O partido de notáveis aqui diz respeito aos partidos onde seus membros não possuem grande entendimento da democracia interna do partido. Soma-se a isso outras características como a falta de militantes e o caráter individualista dos membros do partido. Ver Fretel, 2011.

<sup>9</sup> Não ter afirmação de uma oligarquia dentro do partido não exclui a existência de membros de maior alcance dentro dele. Nomes como Oswaldo Aranha, Prado Kelly e Carlos Lacerda.

aponta Benevides, tal afirmação é difícil de se comprovar. Segundo análise de Soares (2001) as bases da UDN estavam nas oligarquias rurais e nas camadas médias urbanas liberais. Se contraposto ao programa do partido de 1945, onde nos primeiros parágrafos o partido se compromete em “atingir a realidade democrática [...] por um regime representativo consciente e legítimo, mediante o voto universal, direto e secreto reconhecido o direito a representação proporcional”, já é nítido o distanciamento entre o discurso udenista da fundação e as práticas de seus atores políticos.

O elitismo liberal do partido se torna latente logo após os resultados das primeiras eleições que a UDN participa. Com a derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes, a contestação do resultado se dá devido a falta de crença na possibilidade de derrota. O Brigadeiro foi exatamente escolhido por ser um bastião da integridade do partido, o candidato perfeito para dar novos rumos ao país de pois dos tempos “sombrios” do Estado Novo. Na eleição de 45 houve até mesmo um pedido de recontagem de votos por membros da UDN, pedido que não foi aceito.

Após a derrota eleitoral, as primeiras palavras sobre a falta de “qualidade” do povo surgem de membros udenistas. O jornal O Estado de São Paulo se tornou um veículo da imprensa bem próximo do partido no período de existência da legenda. Um exemplo é o artigo publicado por Plínio Barreto, em 1947, indignado com a derrota do candidato da UDN – Almeida Prado – para Ademar de Barros e lá lança a ideia de que “o povo não sabe votar” (o candidato udenista ficou em último lugar nas eleições<sup>10</sup>).

O liberalismo udenista nunca escondeu suas preferências pelas elites e a preocupação com os poderes que as massas tinham. A descrença com os resultados das eleições eleva outra descrença da UDN que envolve as massas, como elas não tem poder de reflexão elas acabam sendo, máximo, guiadas. E é a partir daí que surge a vertente golpista da UDN. Para o partido um “golpe” fora das eleições é uma alternativa ao “golpe via eleitoral”, uma vez que esse meio se encontraria “despreparado”.

---

<sup>10</sup> Ver Benevides, 1981, p. 253.

O elitismo udenista tem várias faces, em diversos atores/grupos e bandeiras do partido. O liberalismo elitista do partido não funcionava apenas como crítica, mas também como visão de mundo, visão da sociedade brasileira que o partido tinha. Dentre todos os grupos, aquele mais desponta nesse quesito era formado por bacharéis, por isso a alcunha de “partido dos bacharéis” é a principal lembrança ao partido. Segundo Benevides, o partido não era o único a estar ligado aos bacharéis, mas ele surge como a legenda “herdeira mais visível de uma tradição de raízes profundas na história do Brasil” (1981, p. 259).

Para Jorge Chaloub (2015), dos discursos liberais existentes na UDN, dois chamaram mais a atenção: o liberalismo oriundo dos bacharéis e o liberalismo de Carlos Lacerda, ou somente liberalismo lacerdista. Para o autor, o discurso dos bacharéis tinha relevante importância devido “a centralidade que davam ao direito na definição dos rumos da sociedade”, mas o discurso dos bacharéis não era em uníssom. Havia pelo menos duas variantes liberais. “Uma, que chamamos de liberalismo conservador, encontra seus objetivos na reconstrução de uma tradição nacional imaginada, que foi violada pela emergência de lideranças pouco afeitas aos seus valores, mas pode ser retomada pela ação virtuosa de elites através do direito” (CHALOUB, 2015, p. 33). A segunda, “intitulado liberalismo modernizante, possui ares menos aristocráticos e humanistas que a primeira corrente e encara com maior fervor a tarefa de modernização da sociedade a partir do direito. A busca pela legitimidade esta tanto no passado como no futuro” (CHALOUB, 2015, p.33).

Interessante notar que para a vertente mais conservadora do partido, seus objetivos estão todos pautados nas normas jurídicas. Essas normas servem como forma de regular as estruturas sociais, assim sendo as elites os portadores de uma maior capacidade de decisão. Os bacharéis udenistas mais conservadores nos mostram uma visão peculiar de seu liberalismo, este não sendo guiado com afeição a ordem econômica, mas o que se sobre põe são valores aristocráticos acima de uma ordem burguesa. A identificação do liberalismo como “forma de prover” melhorias econômicas não se aplica nessa leitura conservadora dos bacharéis. As liberdades que poderiam ser fruto do liberalismo esbarram na complicação de a liberdade, para os conservadores, ser um problema que acarreta em um

desequilíbrio na sociedade. Chaloub utiliza o termo “harmonia social” que seria um foco do liberalismo conservador a ser mantido.

É nítida aposição elitista de um dos seus liberalismos no partido. O medo do partido em relação as massas, e sua descrença na capacidade dos mesmo em fazer parte do jogo democrático faz com o que o pensamento liberal conservador da UDN atinja um nível de demofobia. A ampliação democrática propagada pelo partido, que foi uma guia para sua formação e para fortalecer o discurso em prol do fim do Estado Novo, quando confrontada com a experiência democrática mostra sua face mais obscura. Soma-se a isso o pavor a falta de controle das massas e perigo do comunismo, elemento este que tem a capacidade de mobilizar essa camada social tão despreparada aos olhos udenistas.

1964, a UDN foi um dos elementos da sociedade que deu apoio aos militares que em abril de 64 deram o golpe e instauraram a ditadura militar no Brasil. Com o Golpe, o partido viu também seu fim no ano seguinte. Em 1965, por meio do Ato institucional de número 2 os partidos políticos que até ali existiram deixaram de existir. Com o ato complementar 4, duas novas legendas foram criadas, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a Arena (Aliança Nacional Renovadora), assim todos os parlamentares da legislatura vigente tiveram que se alocar nas novas legendas. A maioria dos membros oriundos da UDN formaram a Arena, legenda que servia de sustentação aos interesses do governo militar no legislativo.

## PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Este trabalho não vai abordar o período do bipartidarismo, pois nesse período diversos grupos, por demais heterogêneos formaram as duas legendas. Seria interessante tentar perceber a influência de atores liberais dentro da Arena e se ocorria ou como ocorria as divergências dentro da legenda no que tange aos liberais ali alocados, afinal a bancada arenista foi formada majoritariamente por membros do PSD e UDN, partidos rivais no período 1945 – 1964 e que agora estavam sob o mesmo guarda-chuva. Essa análise do período de existência do bipartidarismo merece atenção mais especial e até mesmo uma maior investigação,

por isso este trabalho, agora, se volta ao período após o final do bipartidarismo em 1979.

Em 1979, Arena e MDB chegam ao fim. Mais precisamente em novembro desse ano uma emenda era aprovada no congresso e permitia a criação de novos partidos. De Arena e MDB originaram-se PSD, PDT, PTB, PP, PMDB e PT. Porém, nenhum destes partidos é o que aqui vamos tomar como principal partido liberal da época, o partido que melhor traz o liberalismo após o fim do bipartidarismo é o PFL (partido da Frente Liberal)

O PFL é fruto da cisão que ocorrera no PDS, segundo Tarouco (1999) um dos elementos conflitantes no interior do PDS era diferença do conservadorismo do partido, muito atrelado as regiões rurais do país em contrapartida ao frescor do discurso liberal do meio urbano. Ainda para a autora, o partido teve papel importante na reabertura. Ainda como corrente nominada Frente Liberal, junto ao PMDB o grupo formou o movimento conhecido por Aliança Democrática que tinha Tancredo Neves como nome a presidência da republica.

Segundo Corbellini (2005), o partido nasceu de uma dissidência do grupo de políticos que sustentaram o regime militar, mas que se recusou a apoiar a candidatura de Paulo Maluf para presidente e viu em “Tancredo Neves, no colégio eleitoral de 1984, uma alternativa para que não houvesse solução de continuidade para a sua permanência no poder” (CORBELLINI, 2005, p. 131).

As bases para o liberalismo do PFL estão na Carta Compromisso, de abril de 1986. Nela o partido enumera cinco elementares premissas: 1) A Pessoa Humana, como o princípio e o fim da ordem política, econômica e social; 2) A solidariedade entre os homens, alicerçada na Justiça Social e no Bem Comum; 3) A democracia fundada na participação ativa de todos os cidadãos, como meio de defesa e promoção das liberdades; 4) A livre iniciativa instrumento do desenvolvimento; 5) A valorização do trabalho como condição da dignidade humana.



Ribeiro (2016), no PFL o liberalismo era fortemente ligado a liberdade política – o que ajudava em muito o partido a se distanciar das origens autoritárias da Arena/PDS. Ainda para o autor o liberalismo do partido poderia ser também classificado como "liberalismo pefelista" devido suas características particulares.

Roberto Magalhães, deputado federal pela legenda, que foi um dos principais líderes do partido, denomina o liberalismo do PFL como "Social Liberalismo". Magalhães é um crítico do "novo liberalismo" e em *Perspectivas do Liberalismo* (1995) Magalhães demonstra que esse novo liberalismo produziu governos altamente individualistas e predominantemente conservadores – o autor utiliza os exemplos de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Ainda, para o autor, o liberalismo que o partido idealizava, sob o nome de liberalismo social ou social liberalismo, funcionaria como uma "terceira via"<sup>11</sup>. Essa via seria "resultante do encontro do socialismo com o liberalismo na busca da conciliação entre as aspirações de liberdade e de justiça social" (TAROUCO, 1999, p. 69).

Ainda sobre o liberalismo do partido é relevante salientar que para seus membros o Estado que intervém não é um dos principais problemas para o desenvolvimento da política em suas variadas esferas, o Estado não deveria ser nem mínimo ou máximo, ele deve coexistir em harmonia com a livre iniciativa. O Estado, segundo tarouco (1999, p. 69) deveria responsável pela economia social de mercado, pois desse modo uma intervenção do estado, mesmo que pequena seria tolerada (o Estado poderia regular tarifas alfandegarias, negociações coletivas e tratados internacionais, por exemplo). Aureliano Chaves, outro líder do partido, sobre o liberalismo da legenda aponta que é comum confundir ou não saber distinguir o liberalismo econômico (do qual é crítico) do liberalismo político e do sentimento liberal, pois para ele o liberalismo econômico é escola econômica, enquanto o

---

<sup>11</sup> Essa "terceira via" seria uma opção diferente do novo liberalismo que surge como opção ao modelo da URSS.

liberalismo político e o sentimento liberal são elementares ao homem, a dignidade e a liberdade<sup>12</sup>.

## CONCLUSÃO

No debate sobre partidos políticos, um aspecto interessante no que tange os partidos de direita é a diferenciação entre eles e mais do que existem “as direitas” é também a existência “dos liberalismos”. Os partidos que seguram o discurso liberal mostram que não são as reinvenções uns dos outros. Apesar deles estarem alocados dentro da ideologia liberal, não podemos dizer que todos os partidos defendiam as mesmas bandeiras.

Para além da defesa de mesmas bandeiras, os “partidos liberais” tinham ações diferentes. Vale ressaltar que cada partido mesmo que sob o guarda-chuva do liberalismo teve influência do momento histórico e social em que foi criado. Apesar de a UDN se proclamar como o partido que resgata o liberalismo inicial do 7 de abril da independência, ele pouco pode se assemelhar ao Partido Liberal, principalmente no que diz respeito as ações. E se a UDN foi o maior partido liberal antes do golpe de 1964, após o final do sistema bipartidário o PFL foi quem trouxe o ideal liberal para a cena política. Apesar de o partido conter em suas fileiras membros da UDN, o PFL também tinha pouco a lembrar dos ideais udenistas<sup>13</sup>, principalmente pelo partido fazer críticas ao liberalismo clássico que a UDN tinha como base (ou uma das principais bases que formaram o partido). Assim, os “partidos liberais” se reinventam com o passar do tempo e são o espelho de sua época, uma parte da direita que parece se reinventar em prática e discurso para melhor se colocar no sistema partidário do Brasil.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BENEVIDES, Maria. V. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

---

<sup>12</sup> Mesmo com esse entendimento o partido em seu manifesto abre espaço para defender a população asfixia burocrática, assim como controlar os ímpetos em relação voracidade fiscal e também de uma intervenção do Estado de forma excessiva na economia. Ver Ribeiro (2016).

<sup>13</sup> Ver Corbellini (2005).

CORBELLINI, Juliano. **O poder como vocação: o PFL na política brasileira.** 2005. Tese (Doutorado em Ciencia Política) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e praxis dos seus programas.** – Brasília; Editora Universidade de Brasília, 3º Ed. Ampliada e atualizada, 1998.

CHALOUB, Jorge. **O Brasil dos bacharéis** – o repertório jurídico da UDN e a sua interpretação do país. In 37º Encontro Anual da ANPOCS, ST26 – Intelectuais, cultura e democracia. Anais ANPOCS

\_\_\_\_\_. **O liberalismo entre o espirito e a espada: a UDN e a República de 1946.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IESP-UERJ. 2015.

DULCI, Otavio.. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986.

FRETEL, Julien. Qual sociologia para estudo dos partidos políticos conservadores? **Revista Brasileira de Ciência Política.** Nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 321-349.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octavio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução.** São Paulo: Fundação UNESP, 2004, pp. 249 – 283.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. **PFL: do PDS ao PSD.** 2016. Tese (Doutorado em Ciencia Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas, Universidade de São Paulo, São paulo.

TAROUCO, Gabriela da Silva. **O Partido da Frente Liberal: trajetoria e papel no sistema politico.** 1999. Dissertação (Mestrado em Ciencia Política) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ZUCCO, Cesar. **Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos politicos brasileiros.** Seminário “Legislator Views of Brazilian Governance”, Universidade de Oxford, Setembro de 2009.